

O LIBERALISMO AS NOVAS LEIS E AS NOVAS INSTITUIÇÕES

MARÇA DA FONTE

PÓVOA DE LANHOSO



Titulo: La Liberté guidant le peuple. Autor: Eugène DELACROIX (1798-1863) Data: 20 de Julho 1830
Dimensões: 260 cm x 325 cm Técnica: óleo sobre tela (em exposição: Museu do Louvre)



Titulo: Embarque da Família Real Portuguesa para o Brasil. Desobry. Dimensões: 70 cm x 130 cm Técnica: óleo sobre tela (em exposição: Museu Histórico e Diplomático (MHD) - Brasil)



Titulo: Litografia do Imperador D. Pedro I, com 32 anos, 1830.
Autor: Henri Gervais (1774 - 1848) Data: 1830

Cartão de D. Pedro e D. Miguel
Henri Gervais



AO LONGO DOS SÉCULOS XVI E XVII, A ÉPOCA DAS LUZES, AS IDEIAS LIBERAIS FORMAM-SE DISSEMINANDO POR TODA A EUROPA, CONSUBSTANCIADAS NA INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM 1776 E NA REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1789, ESPALHANDO-SE AOS QUATRO VENTOS OS IDEAIS DE LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE.

EM PORTUGAL, COM A PARTIDA DA COROA PARA O BRASIL, APÓS AS INVASÕES FRANCESAS, O REINO VAI VER NA MUDANÇA DE REGIME A SOLUÇÃO PARA MUITOS DOS PROBLEMAS QUE AFETAVAM A SOCIEDADE, A ECONOMIA E O PRÓPRIO REGIME POLÍTICO.

FACTOS MAIS RELEVANTES DO 2.º QUARTEL DO SÉCULO XIX

- 1820 Revolução Liberal;
- 1822 Primeira Constituição Política da Monarquia Portuguesa;
- 1822 Independência do Brasil (D. Pedro – Imperador);
- 1826 Morre D. João VI e D. Pedro assina a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa;
- 1826 Aclamação de D. Miguel em Cortes;
- GUERRA CIVIL**
- 1834 maio – Convenção de Évora Monte (Exílio de D. Miguel – fim do Absolutismo Monárquico).

A desigualdade dos indivíduos segundo o seu nascimento e o estrato social a que pertenciam era consubstancial ao ordenamento jurídico do velho regime feudal. O liberalismo exigia a igualdade de oportunidades entre os indivíduos, a igualdade última de todos perante a lei, e também diante dos próprios poderes públicos.

A concretização jurídica do triunfo do liberalismo nos diversos estados expressou-se na promulgação de constituições, leis fundamentais que sancionaram a divisão de poderes, os direitos e obrigações dos indivíduos e os demais princípios da nova ordem social:

- **Separação de poderes:** legislativo, executivo e judicial (em que o rei deixa de ser o *Rei Sol*, passando a ter que dividir o poder absoluto);

- **Igualdade do cidadão perante a lei** (acabando um conjunto de privilégios sociais e o próprio conceito de organização da sociedade em ordens - clero, nobreza e povo).



Infante Dom Miguel
António Naum 1832
Litografia

Entre 1826 e 1836 são mais de 20 os golpes e contragolpes palacianos, visando mudar, substituir ou regenerar governantes e políticos, seguindo orientações de maior ou menor centralismo do poder, com mais ou menos protagonismo da coroa, digladiando-se diversas fações políticas:

> os **Miguelistas**, que defendiam o retorno a uma Monarquia Absoluta e tinham em D. Miguel o seu rosto;

> os **Cartistas**, que entendiam ser o modelo proposto por D. Pedro, na Carta Constitucional de 1826, o mais adequado à nossa realidade;

> os verdadeiros constitucionalistas, que defendem o modelo previsto na Constituição de 1822, **Setembristas** após a Revolução de Setembro de 1834.

“A PARTIR DE ÉVORA MONTE A LUTA É APENAS ENTRE LIBERAIS”

1834 setembro Revolução Setembrista

1838 Nova Constituição da República Portuguesa

1842 Costa Cabral restaura a Carta Constitucional

As transformações operadas em Portugal durante o 2.º quartel do Séc. XIX foram profundas e afetaram todas as componentes da sociedade e da economia, produzindo as mais significativas alterações políticas e institucionais que, naturalmente provocaram conflitos e reações múltiplas. O cidadão passa a deter um conjunto de mecanismos que lhe permitem uma ascensão económica e social, com base no trabalho e no mérito, deixando de o ser exclusivamente pelo nascimento.

MOUZINHO DA SILVEIRA JOAQUIM ANTÓNIO AGUIAR PASSOS MANUEL SÁ DA BANDEIRA...

- Fim dos dízimos eclesiásticos;
- Abolição dos morgadios;
- Revogação de doações dos bens da coroa;
- Extinção das ordens religiosas;
- Extinção dos forais;
- Supressão de portagens.

REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA:

- Redução do número de concelhos, através de anexações e supressões.
- Através do Decreto de 6 de novembro de 1836, de Manuel da Silva Passos, são extintos 455 concelhos, ficando o reino dividido em apenas 351 concelhos.
- Em 1842, o Distrito de Braga tem 19 concelhos e 89.856 fogos (são reduzidos 42 concelhos e aumentados 10.706 fogos, relativamente a 1835);
- **Novas instituições: Governo Civil e Administração do Concelho, em que o governador civil e o administrador do concelho são cargos de nomeação do governo que se sobrepõem aos cargos dos eleitos pelas populações;**
- Burguesia mais representada no parlamento;
- Liberdade de pensamento e de imprensa;
- Incremento do ensino.

ESTÁ EM CAUSA O ANIQUILAR DA SOCIEDADE DE ANTIGO REGIME E A ADOÇÃO DE UMA NOVA ERA, A MODERNA:

- > Abolição de prestações feudais;
- > Extinção da inquisição e censura;
- > Institucionalização da liberdade de ensino.

ALGUMAS DAS NOVAS LEIS E NOVOS CONCEITOS:

- > A soberania reside na nação – voto;
- > Igualdade perante a lei;
- > Igualdade dos direitos civis e políticos;
- > Fim da sociedade de ordens (clero, nobreza e povo).



Retrato de Mouzinho da Silveira
Eduardo Mello
1911



Manuel da Silva Passos, também conhecido por Passos Manuel
Litografia de Francisco António da Silva Teixeira

Jornal o Renovo, n.º 125 de maio 1839
Lisboa: Typographia de J. F. Sampaio, 1839



A Lei de Imprensa de 1834 criou condições para a publicação de jornais como resultado do direito natural do homem à comunicação de pensamentos e opiniões, como fatores de progresso, de difusão de ideias e de conhecimentos, de acompanhamento dos atos políticos e de contenção do poder político.

GOVERNO DE COSTA CABRAL

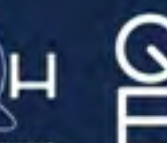
Numa tentativa de criar as estruturas de um Estado Moderno, Costa Cabral, durante o seu governo (1842-1846), promove inúmeras reformas e fomenta obras de vulto, exercendo uma política ditatorial e repressiva, ignorando as naturais diferenças de um país ainda amplamente ruralizado.

Para alcançar este seu desiderato, as medidas que toma mexem com privilégios instalados e em hábitos muito arraigados:

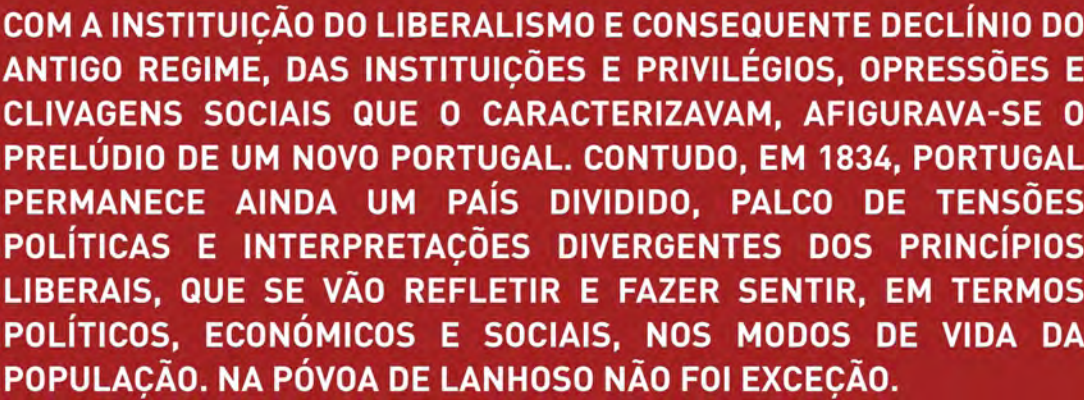
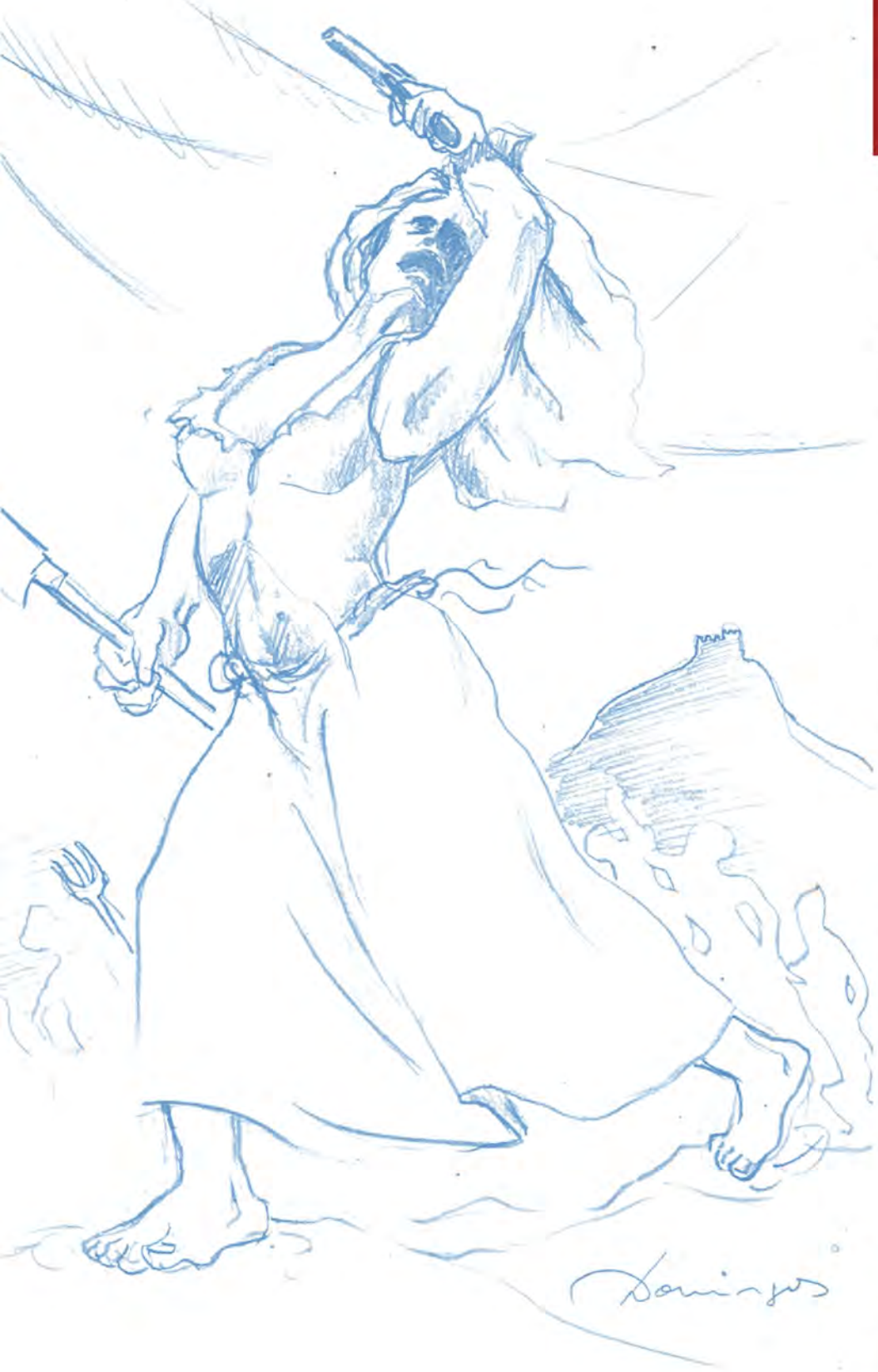
O **aumento de impostos**, a obrigatoriedade do recenseamento da propriedade, a introdução da contribuição predial, chamadas pelo povo as **papeletas da ladroeira**, a nova regulamentação dos serviços de saúde, através do decreto de 28 de setembro de 1844, **onde são proibidos os enterros nas igrejas, rompe com uma tradição multissecular**, levando a uma crescente animosidade e a uma acesa contestação ao governo por parte das populações rurais.

O **Detonador** foi colocado na Póvoa de Lanhoso!

" UM POVO NOBRE E GENEROSO SAI DA LEI QUANDO O CAMINHO LEGAL SE LHE FECHA; ENTRA NA LEI QUANDO O CAMINHO LEGAL SE LHE ABRE." MOUZINHO DE ALBUQUERQUE



"Qualificar é crescer"



No início do século XIX, a Póvoa de Lanhoso continua um concelho essencialmente rural, com uma sociedade predominantemente agrícola, administrado e com os seus rendimentos a reverter a favor do donatário, instituído por D. Sebastião em finais do Séc. XV (o Livro de Alvarás e Cartas de Privilégio é presente em Correição na cidade de Guimarães até 1830).

A reinstituição do conelho de S. João de Rei, que em 1837 cresce das 4 para as 11 freguesias com a anexação de 7 freguesias do Vale de Geraz, assume uma gravidade quase insolúvel, nomeadamente com as derramas que são lançadas às populações para pagamento às *amas dos expostos*, situação que se arrasta até mesmo depois da Maria da Fonte... (qual o conelho que deve suportar as dívidas das amas nas freguesias que transitam...?).

[illegible]

Palácio das Necessidades, em 15 de Março de 1838. = João de Oliveira.

Nascido a 10 de março de 1801, senhor da Casa das Agrads (Fontarcada), temos conhecimento do seu envolvimento político desde 1825, quando nos aparece como *Tenente da 6ª Companhia do Regimento de Melícias da Barca*, nomeado por D. João em 1826. Honras reconhecidas por Carta de Lei das Cortes assinada por D. Maria em 1828.

Cartista convicto, inicia o seu protagonismo na Póvoa de Lanhoso, quando com 34 anos aparece investido da condição de Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso em 5 de maio de 1837, na sequência de um golpe que terá uma duração de 3 meses.

Será, no desempenho do cargo para que é nomeado enquanto administrador do concelho (com despacho de 03 junho de 1841 e sucessivamente confirmado até 1845) que a sua ação o faz destacar-se, controlando a Câmara Municipal, silenciando o Conselho Municipal e fazendo-se eleger procurador à Junta Geral de Distrito.

E ANDRADE



A black and white portrait of José Joaquim Ferreira do Amaral, a man with curly hair, wearing a military-style jacket with medals, holding a book and a quill pen.

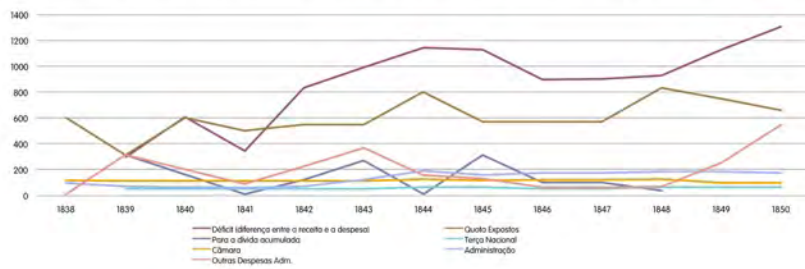
Foto retrato de José Joaquim Ferreira do Amaral e Andrade

- A contestação às leis de saúde, já se havia iniciado em 1836 com uma representação à rainha D. Maria II, pedindo para não ser construído o cemitério na Póvoa de Lanhoso.

- O aumento das despesas com a nova Administração do Concelho vai gerar reações e acasas disputas, nomeadamente a gratificação ao administrador do concelho, que deve ser pago pela Câmara Municipal através de novos impostos ou aumento das derramas lançadas às populações.

- A lei da contribuição da repartição, que obriga à declaração das propriedades e bens dos proprietários, gera desconfiança.

- A nomeação do administrador do concelho vai ser um grave fator de perturbação, sobretudo após 1841 com a nomeação de José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade, que podemos tomar como paradigma do Liberalismo português.



Hey por bem mandai deslolver a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso procedendo-se emmediately a Eleição da nova Câmara na conformidade do suposto no Artigo cento e sete do actual Código Administrativo. O Menistro e Secretário do Estado dos Negócios do Reyno o tenha assim entendido e faça executar; Paço das Necessidades em quatorze de Maio de mil oitocentos e quarenta e dois anos = Rainha = António Bernardo da Costa Cabral = está conforme Barão de Telheiras = está conforme = Governo Civil de Braga, o primeiro de Junho de mil oitocentos e quarenta e dois e Manoel Justino Marques Murta Secretário Geral.

Existem representações municipais à rainha, apresentando queixas e pedindo a sua demissão do cargo de administrador do concelho, para além de disputas pessoais e institucionais.

Assume e interpreta propostas de reorganização político-administrativa do concelho que deveria crescer em área e população, diminuindo em número de freguesias. Apesar de não se concretizarem estas propostas, desconhecemos o seu impacto ou reflexos...

[illegible]

Quadro Estatístico Topográfico para a verdadeira formação do Concelho da Póvoa do Castello de Lanhôza

“... UM POVO NOBRE E GENEROSO SAI DA LEI QUANDO O CAMINHO LEGAL SE
LHE FECHA; ENTRA NA LEI QUANDO O CAMINHO LEGAL SE LHE ABRE.”
MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

DOS CONFLITOS NO PAÍS À REVOLTA EM FONTARCADA – PÓVOA DE LANHOSO

MARIA DA FONTE
PÓVOA DE LANHOSO

O PAÍS ESTAVA EM TRANSFORMAÇÃO, A CONTESTAÇÃO COM RAZÕES E ORIGENS DIVERSAS, CADA UM COM CAUSAS CONCRETAS OU ESPECÍFICAS... O QUE SE REFLETE DE FORMA NÍTIDA NA IMPRENSA DA ÉPOCA.



Diário do Governo, n.º 270
(15 de Novembro 1837)

NO QUE RESPEITA A RESISTÊNCIAS À NOVA TRIBUTAÇÃO, ESTE É UM FATOR AINDA MAIS SIGNIFICATIVO, EM TERMOS DE REPULSA E CONTESTAÇÃO.

FÁTIMA SÁ CONTABILIZA UM CONJUNTO DE “25 ACÇÕES DE PROTESTO ENTRE 1835 E 1843, SUPLANTANDO EM NÚMERO AS FORMAS DE PROTESTO REFERENTES A ENTERROS”.

DESTAS AÇÕES, O NÚMERO MAIS SIGNIFICATIVO ACONTECE NO DISTRITO DE BRAGA, “ONDE OCORREM 11 DAS 18 ACÇÕES DE PROTESTO ANTI-FISCAL DA PROVÍNCIA”.

Em 1838, a vereação da Câmara Municipal de Braga sintetizava os principais problemas decorrentes da nova realidade:

- A difícil partilha e funcionamento institucional da divisão de poderes;
- A secundarização que a instituição municipal e os seus agentes estavam a ser votados;
- A substituição de uma administração de base honorária, por outra de base censitária, que estava a afastar muitos “homens bons” do governo;
- O elevado desajustamento de muita legislação às realidades;

Na Póvoa de Lanhoso todos estes problemas ganham amplitude pelo exercício do administrador do concelho, e o motivo aparente vai ser a aplicação das *Leis da Saúde*.

Dos conflitos ocorridos, relatados ou identificados, institucionais ou resultantes particularmente da aplicação da nova legislação, é possível identificar, a partir do “Diário do Governo”, logo no ano de 1837 mais de 30 situações de participação ou intervenção; no ano de 1838 são cerca de 20.

OS PROBLEMAS SÃO CADA VEZ MAIS DIVERSIFICADOS:

- com a nova organização do território;
- com o pagamento aos empregados das novas instituições e das novas autoridades (com particular relevância para a gratificação ao administrador do concelho);
- dúvidas quanto aos emolumentos;
- falta de eleitores e recusas de eleitos para os respetivos cargos;
- abuso de competências das novas autoridades, insultos e agressões;
- problemas com nomeações e dissoluções, nos recenseamentos e nas eleições, recursos e exclusões, resistências e desobediências, coações, desordens, conflitos, espancamentos e tumultos...

A CRONOLOGIA DOS LEVANTAMENTOS:



09/02/1846 - Enterramento tumultuário na freguesia de Garfe.

14/03/1846 - Tumultos nas freguesias de Oliveira e Fontarcada, relacionados com a execução de enterramentos fora das igrejas, onde participam apenas mulheres.

23/03/1846 - Ao toque a rebate dos sinos, uma multidão de mulheres armadas enterraram, sem assistência eclesiástica, Custódia Teresa, na igreja de O Salvador de Fontarcada.

24/03/1846 - Detenção de 4 mulheres, entregues ao poder judicial, por indicação do administrador do concelho.

25/03/1846 - Na freguesia de Serzedelo, teve lugar outro enterramento tumultuoso, onde participaram mais de 300 mulheres.

27/03/1846 - Uma multidão de mulheres armadas com machados, foches e chuços invadiram a cadeia e soltaram as 4 mulheres que estavam presas, dando “vivas à Revolta, e à Rainha e morte ao Governo dos Cabrais”.



27/03/1846 - Requisição de força armada, a pedido do administrador do concelho, para restabelecer a ordem e evitar novos tumultos, como os que tiveram lugar nos dias anteriores.

02/04/1846 - Manuel Justino Marques Murta, Governador Civil, informa o Senhor Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino que, até à data, a força armada restabeleceu o sossego no Concelho da Póvoa de Lanhoso.

07/04/1846 - Novo enterro tumultuário, desta feita na freguesia de Galegos, em que o próprio pároco está envolvido. Face à gravidade da situação é enviada para o local uma força do Regimento de Infantaria nº 3 e, recomendada aplicação de um “castigo” severo à freguesia.



Ilustrações retiradas da obra “A revolução da Maria da Fonte” de Domingos Silva e Siro de Sousa
Publicação: 1994

-Tentativa de libertar uma mulher do Concelho da Póvoa de Lanhoso, conduzida por uma escolta do Regimento de Infantaria n.º 3, a qual teve de recorrer ao uso de fogo para demover “os paisanos”.



A 07 de junho de 1846, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso é dissolvida na sequência da vitória da “Revolta das Mulheres”, sendo empossada uma Comissão Municipal presidida pelo Bacharel Francisco Hilário Souza Brito, momento em que José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade é substituído, após 5 anos de exercício nas funções de administrador do concelho, pelo Bacharel Salvador António da Cunha Rocha como administrador “interino”.

A Revolta da Maria da Fonte termina (na Póvoa de Lanhoso) com a demissão do administrador do concelho, José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade. Perfeitamente elucidativo desse facto é o relato feito por Azevedo Coutinho no Jornal Maria da Fonte, a propósito da reacção das mulheres à substituição do administrador:

Nomeado para novo Administrador o bacharel Salvador António da Cunha Rocha, da Casa de Requeixo, da freguesia de Fontarcada, exultaram de alegria as revoltosas, porque, sendo o novo Administrador mais popular, esperavam que fosse com elas mais benigno.

Espalhada esta notícia, convergiu ao lugar de Simões, freguesia de Fontarcada, um numeroso concurso de mulheres de várias freguesias, e ali deliberaram formar dentre elas uma comissão que, apresentando-se ao Administrador, lhe fizesse a proposta de que, ‘se ele as não perseguisse, abandonariam o campo da revolta; ou que, caso contrário, prosseguiriam no encetado caminho com redobrado ardor.’

O novo Administrador, homem mui astuto, vindo em tal ocasião, e no estado em que os ânimos se achavam, produziam melhor efeito os meios brandos e conciliadores, do que as perseguições e rispidez, contemporizou com as proponentes, comprometendo-se para com elas de as não perseguir, se definitivamente se recolhessem a suas casas, e não mais animassem a revolta, já então muito ateadada. Elas satisfeitíssimas, assim o prometeram; e cumpriram fielmente a sua promessa.

Terminados os motivos que levaram as populações da Póvoa de Lanhoso à Revolta, esta continuaria por todo o país até à demissão da “causa de todos os males que afligiam a nação”: Costa Cabral.



“(I) SENHORES NÓS ACABAMOS DE PRESENCIAR UMA GRANDE REVOLUÇÃO, UMA REVOLUÇÃO QUE TEM (I) ALÉM DE TODAS AS OUTRAS CARACTERÍSTICAS BRILHANTES, O MAGNÍFICO, O TRANSCENDENTE CARÁCTER DE SER VERDADEIRAMENTE POPULAR PORQUE COMEÇOU PELAS MULHERES. QUASE QUE AINDA NÃO HOUE UMA REVOLUÇÃO VERDADEIRAMENTE GRANDE, VERDADEIRAMENTE NACIONAL QUE ASSIM NÃO COMEÇASSE.”

ALMEIDA GARRETT

A(S) MULHER(ES) E O(S) SÍMBOLO(S)

MARIA DA FONTE PÓVOA DE LANHOSO

A REVOLTA DAS MULHERES DA PÓVOA DE LANHOSO TEM NOMES PRÓPRIOS...

A VERDADEIRA IDENTIDADE DA HEROÍNA SEMPRE FOI UMA DAS QUESTÕES MAIS DEBATIDAS.

Seria a Maria da Fonte a proprietária de uma taberna junto a uma fonte a quem as revoltosas davam vivas após as suas ações (**Maria Luísa Balaio**), e que já antes da revolução assim seria conhecida?

Seria a Maria da Fonte a mulher de armas que se destacava nos confrontos com roça-deira ao ombro ou pistola na mão (**Maria Angelina, natural de Fontarcada**) e que mais tarde se apresentou ao Pe. Casimiro José Vieira como a Maria da Fonte, e que este *agraciou com umas moedas*;

Seria a Maria da Fonte a jovem **Ana Maria Esteves**, filha do Bacharel João Baptista Vieira e de Ana Rosa, que tomara parte muito ativa nos levantamentos de 1846?

Outras mulheres, outros nomes (**Joaquina, Maria Vidas, Maria Custódia, Maria da Mota**), são também apontadas como heroínas, ou por terem sido capturadas pelas autoridades, por se destacarem nos confrontos, ou por usarem o “cognome” para benefícios particulares (o caso de uma doceira de Calvos).

A resposta da comunidade da Póvoa de Lanhoso, à distorção dos anais da História, vai ser imediata e duradoura, porque institucional.

Em 1886 inicia-se a publicação do jornal semanário “A Maria da Fonte”, que irá, ao longo das décadas, e até hoje, reafirmando uma tradição oral até à comprovação documental que hoje é possível. Ao longo de mais de 120 anos, semanalmente, Portugal e o mundo são recordados da *Heroína da Póvoa de Lanhoso*.

A fixação da Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso, num período que viria a ser complicado – o Estado Novo – acontece também naturalmente, e de forma identicamente institucional, com a fundação do Sport Clube Maria da Fonte em 1925.



Jornal Maria da Fonte, n.º 1
13 de janeiro de 1911

A REVOLUÇÃO DA MARIA DA FONTE, QUE SE ESTENDE DE NORTE A SUL ATÉ À QUEDA DO GOVERNO, VAI GERAR SÍMBOLOS

A Maria da Fonte, pela simplicidade e força de um nome, vai tornar-se num símbolo da luta contra o poder instituído, a luta por valores, contra a discricionariedade, sem rosto e sem partido político, porque tudo se conjuga para um mesmo objetivo, independentemente das causas ou dos objetivos particulares.

Muitas Nações, grandes e populosas terão que morrer sem deixar herdeiro de seu nome, nem legatário das suas obrigações na terra. Mas nós não podemos morrer, não devemos morrer, enquanto entre nós houver mulheres como agora as vimos, como essas que há pouco surgiram no norte de Portugal, renovando todas as glórias que pareciam fabuladas, de Aljubarrota, de Dju e Chaul...

Almeida Garrett

A Maria da Fonte tornou-se o símbolo dos protestos populares... O herói da Revolução minhota, devia ser mulher... devia ser desconhecido, lendário: antes um símbolo que algo verdadeiro...

Oliveira Martins



Esta suposta mulher é criada pelo ensaio “A Maria da Fonte” que Camilo Castelo Branco dá à estampa em 1885, e que “aparece” exposta junto à Fonte do Vido e que acabaria por ser batizada com esse nome.

*Eis-me Exposta junto à Linfa
Que emana deste monte,
Serei dela clara ninfa
Serei Maria da Fonte*

Sabemos, como é dito pelo próprio Camilo Castelo Branco, **que esta mulher é uma criação ficcionada por José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade, o administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso em 1846**, que se revela mesmo como desiludido da causa política e desgostoso com os desenvolvimentos da revolta, o que não impediu a sua rápida difusão...



Primeira edição do livro Maria da Fonte de Camilo Castelo Branco

Verso de José Joaquim Ferreira de Mello e Andrade
10 junho 1847

A MARIA DA FONTE É EVOCADA COMO UM SÍMBOLO, TRANSVERSAL DA MONARQUIA À REPÚBLICA.

O Hino da Maria da Fonte é um dos ícones da revolução. Criado e entoado desde 1846, com música de Angelo Frondoni e letra de Paulo Midosi, virá a ser adotado como hino oficial da República Portuguesa em 1913 (concorrendo mesmo com A Portuguesa para hino nacional) e ainda hoje faz parte do Código de Honrarias Militares. O nome “Maria da Fonte” vai disseminar - se por todo o império Português, evocado na denominação de ruas e avenidas, replicado artisticamente da gravura à pintura, do desenho à escultura, na literatura percorre do romance ao ensaio, passando pelo teatro e banda desenhada, do relato à história, da ficção à cronologia; na música é referência transversal da ópera ao cancionero...

Mantemos hoje a firme convicção que da ação das mulheres de Fontarcada e da Póvoa de Lanhoso em 1846, mais do que para a história local fica para a história de Portugal, para além de um símbolo identitário, uma imagem de força e da capacidade de emancipação da mulher e de toda uma sociedade!

Essa Mulher cá do Minho
Que da fouce fez espada
Há de ter na lusa história
Uma página dourada

REFRÃO:

Eia àvante, portugueses,
Eia àvante! sem temer!
Pela Santa Liberdade
Triunfar ou perecer!

Lá vai a Maria da Fonte
A cavalo sem cair
Com a corneta na boca
A tocar a reunir



HINO DA MARIA DA FONTE OU HINO DO MINHO

Baqueou a Tirania,
Nobre Povo és vencedor;
Generoso, ousado e livre,
Dêmos glória ao teu valor

REFRÃO:

Eia, Avante, Portugueses!
Eia, Avante! Não temer!
Pela Santa liberdade,
Triunfar ou perecer

Algemada era a nação,
Mas é livre ainda uma vez;
Ora e sempre é caro à Pátria,
O heroísmo português

Lá raiou a liberdade,
Que a Nação há-de aditar!
Glória ao Minho que primeiro,
O seu grito fez soar

Segue, ó povo, o belo exemplo
De tamanha heroicidade;
Nunca mais deixes tiranos,
Ameaçar a liberdade.



“Qualificar é crescer”